



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

EDITAL Nº 90057/2026

Processo nº 00610079.001200/2025-63

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90057/2026**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN e Unidade de sua Rede, pelo período de 12 (dose) meses, prorrogável, respeitando o prazo decenal estabelecido no art. 108, da Lei nº 14.133/21.

Tipo de disputa: **menor preço por LOTE.**

IMPORTANTE:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11/06/2026.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00horas.

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 925550

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF.**

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-08/JUNHO/2026

Pregoeiro(a): PRISCILA MEDEIROS DA SILVA

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

Comissão Permanente de Licitação

Email: sesap.cpl@gmail.com

WhatsApp: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasNet: www.gov.br/compras/pt-br e www.compras.rn.gov.br

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA - tipo MENOR PREÇO POR LOTE, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação estadual aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN e Unidade de sua Rede, pelo período de 12 (dose) meses, prorrogável, respeitando o prazo decenal estabelecido no art. 108, da Lei nº 14.133/21.

1.1. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.2. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

2.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

2.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.10. **Não poderão participar deste Pregão:**

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo.

3. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do

certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

3.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.7. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ções)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.

3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.5. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.

4.6. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do

bem no órgão competente, quando for o caso;

- Fabricante;
- Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);
- Valor total do LOTE;
- Valor unitário

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.

5.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo quatro casas decimais após a vírgula e estarem incluídas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

5.5. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

6.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

6.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

6.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.35. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, de 24(vinte e quatro) horas e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.11. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.14. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.15. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.16. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.17. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.18. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.19. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.20. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

7.21. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública Comissão Permanente de Licitação Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 - 9º andar, CEP: 59025-600 - Natal - RN CNPJ: 08.241.754/0001-45.

7.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

7.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

7.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

7.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

7.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

7.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou

7.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de

registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

7.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

7.23.3. Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

7.23.5. Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.6. Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.23.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

7.23.9. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.23.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.23.11. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.23.12. Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem o(s) documento(s) elencados neste item.

7.24. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.24.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

7.24.2. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.24.3. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

7.24.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo

Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante
+Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo
Circulante).

7.24.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.24.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.24.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.24.8. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o

limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análises contábeis, não restringindo a ampla concorrência.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Conforme termo de referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso de forma fundamentada.

9.5.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.6.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

10.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;

10.1.4. Para realização de diligências.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.2. Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou seu não-comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será convocado outro

licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

12.3. O disposto no Item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame;

12.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. Conforme termo de referência e minuta contratual (anexos ao edital).

14. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Conforme termo de referência.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Conforme termo de referência.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

16.2. No caso de formalização de contrato:

16.2.1. os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

16.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

16.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

17.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

17.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

18. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Conforme termo de referência.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

19.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

19.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

19.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

19.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

19.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.22.2. pagamento da multa;

19.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DAS OBRIGAÇÕES

20.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

21.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

21.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

21.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 37337194;
- ANEXO II - Modelo de Proposta de preços;
- ANEXO III - Minuta de Contrato - 39542254;
- ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar - 37337160.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____						

O preço total da presente proposta é de R\$: _____ (_____). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de _____ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
- Banco _____,
- Nº da conta: _____,
- Agência _____,
- Telefone para contato _____
- E-mail _____.
4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

_____/RN, ____ de _____ de 2026.

Assinatura e carimbo
Diretor ou representante legal - RG/CPF

(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610079.001200/2025-63

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Esta contratação tem por objetivo a Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, com disponibilização dos equipamentos necessários - **por comodato**, na modalidade de pregão eletrônico, **nos moldes da lei 14.133/2021**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN e Unidade de sua Rede, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável, respeitando o prazo decenal estabelecido no art. 108, da Lei nº 14.133/21.

2.2.

LOTE 1

4.1. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>Contratação de serviço de fornecimento, instalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, com disponibilização dos equipamentos necessários - por comodato. O serviço compreende: Central de Monitoramento (câmeras) com um ponto de visualização CFTV que deverá ser instalado na guarita da Unidade, com os pontos (internos e externos). O tamanho do monitor deverá ser compatível com o número de pontos solicitados com imagens em tempo real, com central de monitoramento, câmeras infravermelho com alcance de zoom de aproximadamente 50 metros com lente varifocal, para as câmeras externas e 30 metros para as internas; Assim distribuídas: Na recepção SESAP; Na frente SESAP; Na lateral direita SESAP; Na lateral esquerda SESAP; Nos fundos adjacentes SESAP; Na garagem SESAP; No térreo SESAP. Obs.: Todas as câmeras externas speed dome com inteligência artificial; serão instaladas duas câmeras dome por andar par atendimento à recomendação da Unidade de tecnologia.</p> <p>Sensor de barreira infravermelho ativo de quatro ou mais feixes, permitindo maior segurança aos mais variados tipos de ambientes com uma cerca virtual em sua extensão, oferecendo a sensação de proteção completa do perímetro, tecnologia avançada e grau de proteção IP65, sensor adequado a diversas condições climáticas evitando que ocorram disparos indesejados, proteção segura e sem interferências entre os sensores com 2 níveis de frequência, configuração dos pares do sensor para diferentes necessidades, evitando a ocorrência de interferência no funcionamento, conexão via nuvem que permite configuração e interação por aplicativo, sirene, dois canais de frequência para empilhamento, tempo rápido de resposta para detecções, nível de alinhamento por LED e sinais sonoros do buzzer, articulação em 360º horizontal, detecção por bloqueio de 4 ou mais feixes simultaneamente, grau de proteção IP65, ambiente de aplicação externo, saída de alarme NA ou NF, chave antiviolação (tamper), tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms, tempo de alarme - 2 segundos, filtro solar para ambientes externos, borracha de vedação contra insetos. Características mecânicas: Dimensões do sensor (L x A x P) com 3,8cm x 75,5cm x 5cm, peso bruto 1,1 kg, cor case cinza.</p> <p>6 - CÂMERA IP, WI-FI, VISÃO NOTURNA, SENSOR, PTZ SUPERIOR, 360º - SPEED DOME</p> <p>34 - Câmera de segurança para sistema de monitoramento tipo dome com tecnologia IP</p> <p>SWITH POE (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)</p>	Serviço mensal	12

Lote 1: O lote inclui o cabeamento estruturado CAT 6, conforme necessário - End.: Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600

LOTE 2

4.2. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 2

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Central de Monitoramento (câmeras) com um ponto de visualização CFTV que deverá ser instalado na guarita da Unidade, com os pontos (internos e externos). O tamanho do monitor deverá ser compatível com o número de pontos solicitados com imagens em tempo real, com central de monitoramento, câmeras infravermelho com alcance de zoom de aproximadamente 50 metros com lente varifocal; Assim distribuídas: Na recepção SESAP; Na frente SESAP; Na lateral direita SESAP; Na lateral esquerda SESAP; Nos fundos adjacentes SESAP; Na garagem SESAP; No térreo SESAP.	Serviço mensal	12
	Sensor de barreira infravermelho ativo de quatro ou mais feixes, permitindo maior segurança aos mais variados tipos de ambientes com uma cerca virtual em sua extensão, oferecendo a sensação de proteção completa do perímetro, tecnologia avançada e grau de proteção IP65, sensor adequado a diversas condições climáticas evitando que ocorram disparos indesejados, proteção segura e sem interferências entre os sensores com 2 níveis de frequência, configuração dos pares do sensor para diferentes necessidades, evitando a ocorrência de interferência no funcionamento, conexão via nuvem que permite configuração e interação por aplicativo, sirene, dois canais de frequência para empilhamento, tempo rápido de resposta para detecções, nível de alinhamento por LED e sinais sonoros do buzzer, articulação em 360C horizontal, detecção por bloqueio de 4 ou mais feixes simultaneamente, grau de proteção IP65, ambiente de aplicação externo, saída de alarme NA ou NF, chave antivolação (tamper), tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms, tempo de alarme - 2 segundos, filtro solar para ambientes externos, borracha de vedação contra insetos. Características mecânicas: Dimensões do sensor (L x A x P) com 3,8cm x 75,5cm x 5cm, peso bruto 1,1 kg, cor case cinza.		
	2 - CÂMERA IP, WI-FI, VISÃO NOTURNA, SENSOR, PTZ SUPERIOR - SPPED DOME		
	8 - CÂMERA DE SEGURANÇA PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO TIPO DOME COM TECNOLOGIA IP		
	SWITCH PORTAS POE(DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		
	NVR (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		

Lote 2: O lote inclui o cabeamento estruturado CAT 6, conforme necessário - Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100

LOTE 3

4.3. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 3

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Sistema de cercas elétricas (choque e alarme) com 01m de altura com hastes e arames lisos em, no mínimo, 6 linhas eletrificadas; A disposição da Cerca deverá ser tecnicamente apresentada pela CONTRATADA; A central do Sistema de Cerca Elétrica deve ser integrada à central de alarmes; O sistema deve agregar Central Eletrificadora para ampliação da tensão elétrica proveniente da fonte de energia; agregar bateria adequada para suprir a necessidade de energia da central em caso de corte ou falta de energia na rede elétrica; possuir Controle Remoto para ativar ou desativar a central eletrificadora e/ou seus acessórios; O condutor da eletricidade enviada pela central eletrificadora deve ser em aço inoxidável; A cada 10 metros devem ser afixadas placas de advertência sinalizando o perigo ao tocar na Cerca Eletrificada;	METROS	400
	O sistema deve possuir Haste Terra (Responsável por aumentar a sensação de choque da Cerca Elétrica e por evitar fugas de tensão e corrente elétrica) ou possuir aterramento eletrônico;		

Todo sistema deve ser resistente a chuvas e intempéries;

A Concertina: barreira de segurança laminada, de forma espiralada, com lâminas pontiagudas, em aço galvanizado ou inoxidável; O tipo a ser utilizado é o de concertina dupla circular de 40 cm, A contratação deve incluir a manutenção, se necessária dos materiais e equipamentos. Descreve assim o material: Cerca elétrica(choque e alarme) com 1 metro de altura, no mínimo 6 linhas eletrificadas + Concertina de 40 cm. Área de 400 metros

2.3. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de **luxo**, conforme Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023.

2.4. O bem objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da LEI Nº 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade serão “objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado”, com base nas informações constantes deste termo de referência.

2.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas do CATSER e as especificações constantes neste Termo de Referência, **prevalecerão as do Termo de Referência**.

2.6. **O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.**

2.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.8. A publicação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** é imprescindível para garantir a eficácia do contrato e de seus aditamentos, conforme estabelecido no **art. 94 da Lei nº 14.133/2021**. A divulgação no referido portal constitui uma condição essencial para a validade do contrato, assegurando a transparência e o cumprimento das disposições legais pertinentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conforme fundamento no Estudo Técnico Preliminar(36575011) a contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN e Unidades de sua Rede é de grande importância para a garantia da segurança dos servidores, visitantes e contratados, como também para assegurar a preservação das imagens e a guardar eletrônica.

A Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN conta o alto número de prestadores de serviços, servidores, equipamentos e máquinas distribuídos entre os 13 andares e subsolo que formam a estrutura predial, além de toda estrutura existentes no Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte - LAPAT/RN. Dentro dessas estruturas encontram-se parques tecnológicos e equipamentos de informática de alto custo, instalados.

Nesse cenário, estruturar a contratação de serviço de monitoramento eletrônico que possa assegurar o controle, acompanhamento e arquivos que guardem e gere maior segurança e reduza qualquer tentativa de importunação, furto e invasões, são de extrema importância. Ressalta-se que a citada contratação, além de gerar uma maior sensação de segurança para as pessoas presente no local, visa a garantia da minimização de riscos de geração de prejuízos ao erário, realizando de forma eficiente e eficaz o monitoramento das dependências da Sede e de suas Unidades.

Salvaguardar as pessoas que integram a Estrutura é parte fundamental do fornecimento de melhores condições de trabalho, da melhoria de segurança no trabalho que busca a redução de doenças ocupacionais, aumento da produtividade e fortalecimento da percepção da Instituição diante do Público externo e interno.

Diante das razões supracitadas, fundamentos a necessidade da contratação do serviço de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica com (50) pontos.

O quantitativo definido justifica-se na análise da estrutura organizacional da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN e no Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte - LAPAT/RN, considerando a distribuição das atividades técnicas e locais de materiais.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução proposta para a contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, visa a garantia da segurança e registro eficiente in loco da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Rio Grande do Norte e Unidades de sua Rede.

4.2. A necessidade dessa contratação dá-se pela inexistência atual de contratos vigentes para a prestação do serviço, bem como, do risco de invasões e entradas não autorizadas, em razão, também das localidades prediais.

4.3. A solução para esse problema foi a abertura de processo que possibilidade encontrar empresa que realize a execução do serviço, visando o menor dispêndio operacional e a redução de despesas financeiras desta Secretaria.

4.4. A execução do serviço será iniciada após a assinatura do contrato e o recebimento do empenho, com a manutenção regular dos equipamentos fornecidos, bem como o acompanhamento durante todo o período contratual para as soluções necessárias a contínua prestação do serviço.

4.5. A justificativa para não parcelar a contratação está relacionada à especificidade e complexidade do serviço, que demanda um único prestador especializado, evitando a dispersão dos recursos administrativos, logísticos e técnicos, além de garantir a uniformidade nos prazos e nos resultados dos controles.

4.6. Dessa forma, a contratação da empresa especializada representa a solução mais viável e eficiente, considerando as necessidades técnicas da SESAP/RN, e permitirá o cumprimento das normas de qualidade exigidas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Critérios de Sustentabilidade

5.2. Conforme orientações do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, além dos critérios eventualmente incluídos na descrição do objeto, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- 5.2.1. Baixo impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, ar, solo e água);
- 5.2.2. Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 5.2.3. Eficiência no uso de recursos naturais como água e energia;
- 5.2.4. Geração de empregos, com prioridade à mão de obra local;
- 5.2.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção dos bens;
- 5.2.6. Emprego de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 5.2.7. Utilização de recursos naturais provenientes de fontes sustentáveis.

Condições de execução

5.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.3.1. Início da execução do objeto se dará a partir da assinatura do contrato e com o recebimento do empenho;
- 5.3.2. A contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência(35622535) e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.3.3. Responsabilizar-se pelos riscos e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 5.3.7. **A CONTRATADA** deverá entregar o material descrito de acordo com o solicitado no Prédio Sede da SESAP/RN, este situado na Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600, no horário das 08 às 12h, em dias úteis. Acompanhado do respectivo documento fiscal, nos prazos estabelecidos, livre de quaisquer despesas;
- 5.3.8. **A CONTRATADA** deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prazos, locais e demais condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- 5.3.9. Disponibilizar e informar e-mail/Telefone corporativo para que a Administração possa fazer solicitações de serviços utilizando-se desse meio de comunicação;
- 5.3.10. A empresa deverá entregar e instalar os equipamentos, às suas custas (incluindo conectores, cabos, placas de captura, stand alone, nobreak, caixa de proteção, HD/SSD externo, DVR, monitor, fonte, buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos);
- 5.3.11. A empresa deverá prestar manutenção preventiva (conforme programação entregue pela empresa no ato da instalação dos equipamentos) e corretiva até 24h (vinte e quatro) horas após solicitação documentada, bem como a reposição de peças e equipamentos sem ônus para esta Secretaria;
- 5.3.12. No ato das manutenções preventiva e/ ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir relatório constando atividades executadas, peças substituídas e técnico responsável.
- 5.3.13. O servidor de armazenamento, o rack e a controladora deverão estar instalados em infraestrutura própria da **CONTRATADA**, ficando sob sua responsabilidade a gestão e manutenção desses equipamentos. À SESAP caberá exclusivamente o acesso remoto(via web) ao sistema de monitoramento e às imagens, não havendo instalação local dessa estrutura.

5.4. Tempo de guarda

5.4.1. As imagens deverão ser armazenadas pelo prazo de 90 (noventa) dias, com exclusão automática, auditável e definitiva após esse período (data wiping), salvo em caso de determinação judicial ou requisição formal de autoridade competente, hipótese em que o prazo de retenção deverá ser estendido conforme a necessidade legal.

5.5. Acesso restrito e controle granular

5.5.1. O acesso será permitido apenas a pessoal autorizado, mediante autenticação segura (login, senha forte e registros de auditoria). A contratada deverá implementar perfis de acesso diferenciados, respeitando o princípio do least privilege. Deve ser possível à SESAP auditar quais usuários acessaram, quando e com qual finalidade.

5.6. Relatórios e auditoria

5.6.1. A contratada fornecerá relatórios periódicos contendo logs de acesso, assegurando a integridade e a segurança das imagens durante todo o período de retenção.

5.7. Localização e governança

5.7.1. As imagens deverão ser armazenadas exclusivamente em território brasileiro, em servidores de responsabilidade da empresa contratada, vedada a utilização de nuvem internacional. O armazenamento deverá

observar integralmente os padrões de segurança e proteção de dados previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. A contratada deverá disponibilizar à SESAP relatórios de conformidade periódicos.

5.8. Fornecimento de materiais

5.8.1. É essencial que a proposta contemple inclusos nos valores, os materiais necessários para instalação das câmeras e equipamentos de armazenagem(NVR(s), Rack(s), nobreak(s), cabeamento, fonte(s), buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos, se necessários, não podendo ser cobrados valores adicionais à proposta realizada. Devem ser fornecido pela Fornecedor(es) todo material necessário para a devida instalação.

5.9. Registro de incidentes

5.9.1. Em caso de incidente de segurança (ex.: vazamento, acesso indevido, perda de dados), a contratada deverá notificar a SESAP em até 24 horas, conforme princípios da LGPD.

Local da prestação dos serviços

5.10. Lote 1: **Prédio Sede da SESAP/RN**, este situado na Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600;

5.11. Lote 2: **Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte** - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100.;

5.12. Lote 3: **Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte** - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A proposta deve conter valor unitário do serviço e valor anual, bem como a anuência de aceite às condições ao presente Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do serviço.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do prestador, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Caso não seja possível o início da prestação de serviços na data formalizada, a empresa deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.7. A(s) empresa(s) vencedora deverá executar os serviços com máxima qualidade, utilizando para isso todos os esforços técnicos e atualizações constantes e necessárias, além de experiência da equipe profissional, declarando-se neste ato perfeitamente apto e capaz tecnicamente para garantir a eficácia e qualidade dos serviços hora contratados.

6.8. Os equipamentos serão instalados no Prédios do LOTE I e II, entretanto, o acesso às gravações, bem como a responsabilidade pela guarda das imagens, serão do Fornecedor(es).

6.9. Tempo de guarda

6.9.1. As imagens deverão ser armazenadas pelo prazo de 90 (noventa) dias, com exclusão automática, auditável e definitiva após esse período (data wiping), salvo em caso de determinação judicial ou requisição formal de autoridade competente, hipótese em que o prazo de retenção deverá ser estendido conforme a necessidade legal.

6.10. Planos de contingência

6.10.1. A contratada deverá manter Plano de Recuperação de Desastres (DRP) e Plano de Continuidade de Negócio (BCP), assegurando a disponibilidade do sistema em caso de falhas.

6.11. Criptografia

6.11.1. Todo tráfego de dados, das câmeras até o servidor, deverá ser protegido por criptografia (TLS 1.2+). As imagens armazenadas deverão estar protegidas com criptografia AES-256 ou equivalente.

6.12. Fornecimento de materiais

6.12.1. É essencial que a proposta contemple inclusos nos valores, os materiais necessários para instalação das câmeras e equipamentos de armazenagem(NVR(s), Rack(s), nobreak(s), cabeamento, fonte(s), buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos, se necessários, não podendo ser cobrados valores adicionais à proposta realizada. Devem ser fornecido pela Fornecedor(es) todo material necessário para a devida instalação.

6.13. Dos Requisitos para Participação

6.13.1. Habilitação Jurídica:

I - Contrato social consolidado e registrado;

II - Estatuto social e última ata de eleição dos dirigentes (quando aplicável);

encarecimento da contratação. Destarte, a garantia representa um valor que será agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência serão repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação. Com base no exposto, constata-se que a exigência da garantia de execução é desnecessária nesse tipo de licitação, por isso, a administração não considera conveniente nem oportuna exigir tal contrapartida em virtude da baixa complexidade da presente contratação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições da prestação de serviço:

7.2. A empresa contratada deverá atender os requisitos estabelecidos no item 5.1 ao 5.16.1.

7.3. Os equipamentos e insumos deverão ser entregues e instalados pela contratada, às suas expensas (inclusive frete), **na lista constante nas tabelas 4.1. a 4.6. do item 2**, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, **em até 15 (quinze) dias corridos** a contar do envio da Nota de Empenho e da Autorização de Compra. Caso a entrega não possa ocorrer na data prevista, a contratada deverá comunicar formalmente ao contratante, com pelo menos **24 horas de antecedência**, apresentando justificativa documentada.

7.4. Caso a confirmação do recebimento do empenho não seja realizada no prazo de 24 (vinte e quatro horas) o setor responsável pelo envio repetirá o procedimento por mais 48 (quarenta e oito horas), após esse prazo a empresa CONTRATADA será notificada e sujeita às penalidades previstas no Termo de abertura, uma vez que o atraso na confirmação do recebimento do empenho enseja o retardamento da execução do objeto.

7.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.6. A simples entrega do equipamento objeto deste Termo de Referência não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a verificação dos parâmetros especificados e por meio das Qualificações (**Instalação e Operação**) a serem realizadas com a supervisão da Gestão de Equipamentos e emissão de parecer técnico;

7.7. A atestação de conformidade da entrega dos produtos caberá à comissão de recebimento.

7.8. Nos termos do artigo 140 da Lei 14.133/01, o objeto desta licitação será recebido:

7.8.1. Provisoriamente, por funcionários do Setor da GASVIL, que deverão conferir as quantidades de volumes e integridade das embalagens no ato da entrega e pelos responsáveis dos Setores da UGTSIC e Área demandante que deverão verificar a existência de avarias no(s) equipamento(s) e compatibilidade com as especificações técnicas e proposta, dentro de 24 horas;

7.8.2. Definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, depois de concluídas as seguintes etapas: Qualificação de Instalação e Qualificação Operacional, realizadas pela Contratada, Gestão de Equipamentos e Área demandante. A Área demandante e Gestão de Equipamentos deverão emitir parecer técnico liberando a Nota Fiscal para assinatura da comissão de recebimento de Material da SESAP/RN;

7.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10(dez) dias para os nacionais e 45(quarenta e cinco) dias para os importados, a contar da notificação da CONTRATANTE, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. O servidor ou comissão de recebimento anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.11. Os equipamentos efetivamente instalados em caso de qualquer falha de operação não resolvida pela assistência técnica deverão obrigatoriamente ser substituídos em no máximo (10) dez dias úteis a partir do recebimento da comunicação, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE;

7.12. Os equipamentos deverão ser acondicionados de forma compatível para a sua conservação, em embalagens de fábrica e devidamente lacrados pelos próprios fabricantes;

7.13. A Nota Fiscal deve vir acompanhada de documento emitido pela Empresa Contratada **autorizando a abertura e verificação visual detalhada do interior das embalagens dos produtos entregues, durante a inspeção de recebimento.**

7.14. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/01, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.15. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/01.

7.17. O representante da Administração anotar, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do gestor de contrato

8.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art 47):

- 8.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 8.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 8.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 8.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 8.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 8.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 8.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 8.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 8.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 8.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 8.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 8.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 8.6.13. Será designado gestor do contrato a servidor **Valdemir Targino** - Mat. **150.703-6**, ocupante do cargo **AUXILIAR TÉCNICO** da **SPI**(Subcoordenadoria de Patrimônio e Infraestrutura).

Do fiscal de contrato

8.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)

8.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):

- 8.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 8.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 8.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 8.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 8.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 8.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 8.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 8.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 8.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

- 8.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 8.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).
- 8.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 8.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- 8.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- 8.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- 8.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- 8.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- 8.10.6. a satisfação do público usuário.
- 8.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.
- 8.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:
- 8.10.9.1. marca;
- 8.10.9.2. qualidade;
- 8.10.9.3. forma de uso.
- 8.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).
- 8.11. O servidor **Dinarte Vieira da Nóbrega** - Mat. **225210-4**, ocupante do cargo **Chefe de Grupo da GASVIL.**, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

9. DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. São obrigações da **Contratante**:
- 9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
- 9.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.3. São obrigações da **Contratada**:
- 9.3.1. A contratada obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste contrato, do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e da legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021, assumindo todos os riscos e despesas inerentes à perfeita execução contratual. Dentre suas obrigações, destacam-se:
- 9.3.2. Realizar entrega, instalação, configuração e ativação dos equipamentos em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato ou recebimento do empenho.
- 9.3.3. Prestar manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de custos (mão de obra, transporte, peças, etc.).
- 9.3.4. Disponibilizar suporte técnico com prazo de resposta de até 24 horas úteis após o chamado.
- 9.3.5. A CONTRATADA deverá realizar vistoria (documentada) prévia à apresentação de proposta na sede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte - End.: Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600. A proposta deverá vir acompanhada de croquis dos locais de colocação das Câmeras (a vistoria deverá ser previamente agendada e acompanhada pelo Chefe da GASVIL)
- 9.3.6. Substituir, sem ônus, equipamentos com falhas irreparáveis ou inoperantes por período significativo.

- 9.3.7. Oferecer treinamento básico aos usuários, com orientações técnicas e fornecimento de manuais de operação e manutenção preventiva e corretiva.
- 9.3.8. Realizar manutenção corretiva com prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez com justificativa aceita pela unidade.
- 9.3.9. Disponibilizar equipamento substituto equivalente sempre que houver retirada para manutenção.
- 9.3.10. Arcar com os custos de transporte e assistência técnica durante o período contratual.
- 9.3.11. Proteger e garantir a confidencialidade dos dados processados nos equipamentos, inclusive quanto ao tratamento de dispositivos de armazenamento ao final do contrato.
- 9.3.12. Atuar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 9.3.13. Realizar a destinação ambientalmente adequada dos insumos e componentes, conforme legislação vigente.
- 9.3.14. Cumprir as obrigações previstas nos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 9.3.15. Reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, quaisquer itens com vícios ou defeitos.
- 9.3.16. Cumprir as normas trabalhistas quanto à proibição de trabalho infantil e inclusão de aprendizes e pessoas com deficiência, nos termos da Lei Estadual nº 10.783/2020.
- 9.3.17. Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária.
- 9.3.18. Indicar preposto para representação junto à Contratante durante a execução contratual.
- 9.3.19. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.3.20. Atender prontamente a todas as exigências da SESAP relativas ao objeto contratual.
- 9.3.21. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impedimento para cumprimento dos prazos, com a devida justificativa.
- 9.3.22. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, acompanhados da nota fiscal e das informações completas de identificação (marca, fabricante, lote, quantidade).
- 9.3.23. Apresentar capacidade técnica comprovada por atestados de fornecimento similar emitidos por entes públicos ou privados nos últimos dois anos.
- 9.3.24. Será responsabilizada por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não sendo excludente a fiscalização da Contratante.
- 9.3.25. Estas obrigações são de cumprimento obrigatório pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 10.2. A SESAP convocará o participante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar o instrumento equivalente, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- § 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SESAP.
- § 2º Será facultado à SESAP, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- § 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

10.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a SESAP deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

10.4. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.
- 11.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.3. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Iconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

11.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O participante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO

POSSÍVEL SANÇÃO

Dar causa à inexecução parcial do contrato

Advertência + multa 0,5% do valor mensal do contrato por dia de atraso, até o máximo de 30 dias, passados 30 dias converterá se a multa para multa compensatória de 10% do valor total da contratação.

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

Multa 20% do valor total do contrato.

Dar causa à inexecução total do contrato;

Multa 30% do valor total do contrato.

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame

Multa 10% do valor total do contrato

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

Impedimento de licitar e contratar.

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta

Impedimento de licitar e contratar.

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado

Impedimento de licitar e contratar.

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração Pública;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos

II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

suspensa por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

12.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.7. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.9. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

12.9.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.9.2. pagamento da multa;

12.9.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

12.9.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

12.9.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

13.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal

ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

13.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

13.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

13.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

13.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

13.19. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Forma de pagamento

13.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente

indicados pela Contratada

13.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.23. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

Antecipação de pagamento

13.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a entrega e conferência dos bens para a realização do pagamento.

Reajuste

13.26. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

13.27. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.29. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.30. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.31. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

14.2. Nas licitações promovidas pela SESAP, deverão constar das propostas de preços de mercadorias ou serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), conforme disposição da Lei Estadual Vigente.

14.3. Vale salientar que as propostas devem atender ao item Requisitos da Contratação, no Estudo Técnico Preliminar (ID nº 36575011).

14.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do participante, com o número do CNPJ, e com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

14.4.1. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

14.4.2. Se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o participante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o participante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente

Exigências de habilitação

14.5. Para fins de habilitação, deverá o participante comprovar os seguintes requisitos:

14.5.1. Habilitação Jurídica:

I - Contrato social consolidado e registrado;

II - Estatuto social e última ata de eleição dos dirigentes (quando aplicável);

III - Cópia das leis instituidoras (para empresas públicas);

IV - Certificado de MEI, se aplicável.

14.5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

I - Prova de inscrição no CNPJ;

II - Certidão conjunta da Receita Federal e PGFN;

III - Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;

IV - Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa;

V - Certificado de regularidade do FGTS (Caixa Econômica Federal);

VI - CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

VII - Consultas atualizadas aos cadastros TCU, CNJ, CEIS e CNEP.

14.5.3. Qualificação Econômico-Financeira:

I - Certidão negativa de insolvência civil (pessoa física, se aplicável);

II - Certidão negativa de falência;

III - Índices LG, SG e LC superiores a 1, com base nos dois últimos exercícios ou balanço de abertura, conforme o caso;

IV - Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil atestando os índices;

V - Comprovação de cotas de aprendizes e pessoas com deficiência conforme Lei Estadual nº 10.783/2020.

14.5.4. Qualificação Técnica:

I - Comprovação de experiência anterior na prestação de serviços semelhantes, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

II - Declaração de que dispõe de equipe técnica qualificada para instalação, manutenção e suporte dos equipamentos fornecidos;

III - Comprovação de que os equipamentos ofertados atendem aos requisitos técnicos mínimos exigidos, mediante apresentação de catálogos, manuais ou fichas técnicas.

14.5.4.1. A CONTRATADA deve reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação.

14.5.4.2. A Contratada deverá manter, durante a vigência da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, conforme estabelece o inciso XVI do Artigo 92 da Lei 14.133/01.

14.5.4.3. A Contratada deverá responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratual.

14.5.4.4. A Contratada deve se submeter prontamente às exigências do CONTRATANTE, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação.

14.5.4.5. A Contratada deve assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

14.5.4.6. Contratada assumirá a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

14.5.4.7. A Contratada assumirá a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

14.5.4.8. São de responsabilidade da contratada os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

14.5.4.9. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.

14.5.4.10. Poderão participar da Licitação as empresas que atendam às condições previstas na contratação, conforme Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de Novembro de 2020, a qual regulamenta no âmbito do Rio Grande do Norte o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. A adoção de orçamento sigiloso para a presente contratação fundamenta-se no art. 24, da Lei nº 14.133/2021, que permite a divulgação restrita do orçamento estimado quando sua publicização possa comprometer o caráter competitivo do certame ou a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.2. No caso da contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, observa-se que a ampla divulgação prévia dos valores orçados poderia influenciar diretamente as propostas apresentadas pelos licitantes, reduzindo a margem de competitividade e alinhando artificialmente os preços aos limites previamente conhecidos.

15.3. Trata-se de serviço especializado, com reduzido número de fornecedores qualificados e variação técnica entre os equipamentos ofertados, o que pode favorecer a formação de preços próximos ao teto orçamentário caso este

seja tornado público. Além disso, a divulgação do orçamento pode comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, contrariando o interesse público.

15.4. Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso visa preservar a integridade da fase competitiva da licitação, assegurar isonomia entre os licitantes e garantir a seleção da proposta mais vantajosa, em estrita observância ao princípio da eficiência e ao interesse público. O orçamento estimado será disponibilizado aos órgãos de controle e estará devidamente justificado e documentado nos autos do processo, conforme exigido pela legislação vigente.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A dotação orçamentária deverá ser informada pela FES/UNEXO/SESAP, em momento oportuno.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

17.2. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005.

Natal/RN [data na assinatura eletrônica].



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR TARGINO, Engenheiro Civil**, em 17/11/2025, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JHONNY DE LIMA SOUZA, Assistente Técnico em Saúde**, em 17/11/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PERICLES FARIAS DA ROCHA, Subcoordenador de Patrimônio e Infraestrutura**, em 17/11/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37337194** e o código CRC **9428E984**.

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610079.001200/2025-63

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA**

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** – Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por seu titular Dr. Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - SESAP/RN e Unidade de sua Rede, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável, respeitando o prazo decenal estabelecido no art. 108, da Lei nº 14.133/21.

1.2.

LOTE 1

4.1. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de serviço de fornecimento, instalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, com disponibilização dos equipamentos necessários - por comodato. O serviço compreende: Central de Monitoramento (câmeras) com um ponto de visualização CFTV que deverá ser instalado na guarita da Unidade, com os pontos (internos e externos). O tamanho do monitor deverá ser compatível com o número de pontos solicitados com imagens em tempo real, com central de monitoramento, câmeras infravermelho com alcance de zoom de aproximadamente 50 metros com lente varifocal, para as câmeras externas e 30 metros para as internas; Assim distribuídas: Na recepção SESAP; Na frente SESAP; Na lateral direita SESAP; Na lateral esquerda SESAP; Nos fundos adjacentes SESAP; Na garagem SESAP; No térreo SESAP. Obs.: Todas as câmeras externas speed dome com inteligência artificial; serão instaladas duas câmeras dome por andar par atendimento à recomendação da Unidade de tecnologia.	Serviço mensal	12
	Sensor de barreira infravermelho ativo de quatro ou mais feixes, permitindo maior segurança aos mais variados tipos de ambientes com uma cerca virtual em sua extensão, oferecendo a sensação de proteção completa do perímetro, tecnologia avançada e grau de proteção IP65, sensor adequado a diversas condições climáticas evitando que ocorram disparos indesejados, proteção segura e sem interferências entre os sensores com 2 níveis de frequência, configuração dos pares do sensor para diferentes necessidades, evitando a ocorrência de		

interferência no funcionamento, conexão via nuvem que permite configuração e interação por aplicativo, sirene, dois canais de frequência para empilhamento, tempo rápido de resposta para detecções, nível de alinhamento por LED e sinais sonoros do buzzer, articulação em 360C horizontal, detecção por bloqueio de 4 ou mais feixes simultaneamente, grau de proteção IP65, ambiente de aplicação externo, saída de alarme NA ou NF, chave antiviolação (tamper), tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms, tempo de alarme - 2 segundos, filtro solar para ambientes externos, borracha de vedação contra insetos. Características mecânicas: Dimensões do sensor (L x A x P) com 3,8cm x 75,5cm x 5cm, peso bruto 1,1 kg, cor case cinza.	
6 - CÂMERA IP, WI-FI, VISÃO NOTURNA, SENSOR, PTZ SUPERIOR, 360º - SPEED DOME	
34 - Câmera de segurança para sistema de monitoramento tipo dome com tecnologia IP	
SWITH POE (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)	
NVR (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)	

Lote 1: O lote inclui o cabeamento estruturado CAT 6, conforme necessário - End.: Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600

LOTE 2

4.2. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 2

ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Central de Monitoramento (câmeras) com um ponto de visualização CFTV que deverá ser instalado na guarita da Unidade, com os pontos (internos e externos). O tamanho do monitor deverá ser compatível com o número de pontos solicitados com imagens em tempo real, com central de monitoramento, câmeras infravermelho com alcance de zoom de aproximadamente 50 metros com lente varifocal; Assim distribuídas: Na recepção SESAP; Na frente SESAP; Na lateral direita SESAP; Na lateral esquerda SESAP; Nos fundos adjacentes SESAP; Na garagem SESAP; No térreo SESAP.	Serviço mensal	12
	Sensor de barreira infravermelho ativo de quatro ou mais feixes, permitindo maior segurança aos mais variados tipos de ambientes com uma cerca virtual em sua extensão, oferecendo a sensação de proteção completa do perímetro, tecnologia avançada e grau de proteção IP65, sensor adequado a diversas condições climáticas evitando que ocorram disparos indesejados, proteção segura e sem interferências entre os sensores com 2 níveis de frequência, configuração dos pares do sensor para diferentes necessidades, evitando a ocorrência de interferência no funcionamento, conexão via nuvem que permite configuração e interação por aplicativo, sirene, dois canais de frequência para empilhamento, tempo rápido de resposta para detecções, nível de alinhamento por LED e sinais sonoros do buzzer, articulação em 360C horizontal, detecção por bloqueio de 4 ou mais feixes simultaneamente, grau de proteção IP65, ambiente de aplicação externo, saída de alarme NA ou NF, chave antiviolação (tamper), tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms, tempo de alarme - 2 segundos, filtro solar para ambientes externos, borracha de vedação contra insetos. Características mecânicas: Dimensões do sensor (L x A x P) com 3,8cm x 75,5cm x 5cm, peso bruto 1,1 kg, cor case cinza.		
	2 - CÂMERA IP, WI-FI, VISÃO NOTURNA, SENSOR, PTZ SUPERIOR - SPPED DOME		
	8 - CÂMERA DE SEGURANÇA PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO TIPO DOME COM TECNOLOGIA IP		
	SWITCH PORTAS POE(DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		
	NVR (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		

Lote 2: O lote inclui o cabeamento estruturado CAT 6, conforme necessário - Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100

LOTE 3

4.3. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 3

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE
1	<p>Sistema de cercas elétricas (choque e alarme) com 01m de altura com hastes e arames lisos em, no mínimo, 6 linhas eletrificadas; A disposição da Cerca deverá ser tecnicamente apresentada pela CONTRATADA; A central do Sistema de Cerca Elétrica deve ser integrada à central de alarmes; O sistema deve agregar Central Eletrificadora para ampliação da tensão elétrica proveniente da fonte de energia; agregar bateria adequada para suprir a necessidade de energia da central em caso de corte ou falta de energia na rede elétrica; possuir Controle Remoto para ativar ou desativar a central eletrificadora e/ou seus acessórios; O condutor da eletricidade enviada pela central eletrificadora deve ser em aço inoxidável; A cada 10 metros devem ser afixadas placas de advertência sinalizando o perigo ao tocar na Cerca Eletrificada;</p> <p>O sistema deve possuir Haste Terra (Responsável por aumentar a sensação de choque da Cerca Elétrica e por evitar fugas de tensão e corrente elétrica) ou possuir aterramento eletrônico;</p> <p>Todo sistema deve ser resistente a chuvas e intempéries;</p> <p>A Concertina: barreira de segurança laminada, de forma espiralada, com lâminas pontiagudas, em aço galvanizado ou inoxidável; O tipo a ser utilizado é o de concertina dupla circular de 40 cm, A contratação deve incluir a manutenção, se necessária dos materiais e equipamentos. Descreve assim o material: Cerca elétrica(choque e alarme) com 1 metro de altura, no mínimo 6 linhas eletrificadas + Concertina de 40 cm. Área de 400 metros</p>	METROS	400

1.3. Vinculam este Contrato, independente de sua transcrição, Termo de Referência, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em __/__/__ e adjudicação do Certame Licitatório - **Pregão Eletrônico nº __/__/__** - Processo nº 00610079.001200/2025-63.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/__ a __/__/__, podendo ser prorrogado por igual período, conforme disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de Sustentabilidade

4.2. Conforme orientações do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*, além dos critérios eventualmente incluídos na descrição do objeto, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

4.2.1. Baixo impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, ar, solo e água);

4.2.2. Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.2.3. Eficiência no uso de recursos naturais como água e energia;

4.2.4. Geração de empregos, com prioridade à mão de obra local;

4.2.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção dos bens;

4.2.6. Emprego de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.2.7. Utilização de recursos naturais provenientes de fontes sustentáveis.

4.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.3.1. Início da execução do objeto se dará a partir da assinatura do contrato e com o recebimento do empenho;

4.3.2. A contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Contrato, Termo de Referência(35622535) e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.3.3. Responsabilizar-se pelos riscos e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

4.3.7. **A CONTRATADA** deverá entregar o material descrito de acordo com o solicitado no Prédio Sede da SESAP/RN, este situado na Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600, no horário das 08 às 12h, em dias úteis. Acompanhado do respectivo documento fiscal, nos prazos estabelecidos, livre de quaisquer despesas;

4.3.8. **A CONTRATADA** deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prazos, locais e demais condições estabelecidas no presente Contrato;

4.3.9. Disponibilizar e informar e-mail/Telefone corporativo para que a Administração possa fazer solicitações de serviços utilizando-se desse meio de comunicação;

4.3.10. A empresa deverá entregar e instalar os equipamentos, às suas custas (incluindo conectores, cabos, placas de captura, stand alone, nobreak, caixa de proteção, HD/SSD externo, DVR, monitor, fonte, buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos);

4.3.11. A empresa deverá prestar manutenção preventiva (conforme programação entregue pela empresa no ato da instalação dos equipamentos) e corretiva até 24h (vinte e quatro) horas após solicitação documentada, bem como a reposição de peças e equipamentos sem ônus para esta Secretaria;

4.3.12. No ato das manutenções preventiva e/ ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir relatório constando atividades executadas, peças substituídas e técnico responsável.

4.3.13. O servidor de armazenamento, o rack e a controladora deverão estar instalados em infraestrutura própria da **CONTRATADA**, ficando sob sua responsabilidade a gestão e manutenção desses equipamentos. À SESAP caberá exclusivamente o acesso remoto(via web) ao sistema de monitoramento e às imagens, não havendo instalação local dessa estrutura.

4.4. **Tempo de guarda**

4.4.1. As imagens deverão ser armazenadas pelo prazo de 90 (noventa) dias, com exclusão automática, auditável e definitiva após esse período (data wiping), salvo em caso de determinação judicial ou requisição formal de autoridade competente, hipótese em que o prazo de retenção deverá ser estendido conforme a necessidade legal.

4.5. **Acesso restrito e controle granular**

4.5.1. O acesso será permitido apenas a pessoal autorizado, mediante autenticação segura (login, senha forte e registros de auditoria). A contratada deverá implementar perfis de acesso diferenciados, respeitando o princípio do least privilege. Deve ser possível à SESAP auditar quais usuários acessaram, quando e com qual finalidade.

4.6. **Relatórios e auditoria**

4.6.1. A contratada fornecerá relatórios periódicos contendo logs de acesso, assegurando a integridade e a segurança das imagens durante todo o período de retenção.

4.7. **Localização e governança**

4.7.1. As imagens deverão ser armazenadas exclusivamente em território brasileiro, em servidores de responsabilidade da empresa contratada, vedada a utilização de nuvem internacional. O armazenamento deverá observar integralmente os padrões de segurança e proteção de dados previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. A contratada deverá disponibilizar à SESAP relatórios de conformidade periódicos.

4.8. **Fornecimento de materiais**

4.8.1. É essencial que a proposta contemple inclusos nos valores, os materiais necessários para instalação das câmeras e equipamentos de armazenagem(NVR(s), Rack(s), nobreak(s), cabeamento, fonte(s), buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos, se necessários, não podendo ser cobrados valores adicionais à proposta realizada. Devem ser fornecido pela Fornecedor(es) todo material necessário para a devida instalação.

4.9. **Registro de incidentes**

4.9.1. Em caso de incidente de segurança (ex.: vazamento, acesso indevido, perda de dados), a contratada deverá notificar a SESAP em até 24 horas, conforme princípios da LGPD.

Local da prestação dos serviços

4.10. Lote 1: **Prédio Sede da SESAP/RN**, este situado na Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600;

4.11. Lote 2: **Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte** - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100.;

4.12. Lote 3: **Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte** - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100.

5. **CLÁUSULA QUINTA - MODELO DE EXECUÇÃO**

5.1. Condições da prestação de serviço:

5.2. A empresa contratada deverá atender os requisitos estabelecidos no item 4.1 ao 4.12.

5.3. Os equipamentos e insumos deverão ser entregues e instalados pela contratada, às suas expensas (inclusive frete), **na lista constante nas tabelas 4.1. a 4.6. do item 1**, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, **em até 15 (quinze) dias corridos** a contar do envio da Nota de Empenho e da Autorização de Compra. Caso a entrega não possa ocorrer na data prevista, a contratada deverá comunicar formalmente ao contratante, com pelo menos **24 horas de antecedência**, apresentando justificativa documentada.

5.4. Caso a confirmação do recebimento do empenho não seja realizada no prazo de 24 (vinte e quatro horas) o setor responsável pelo envio repetirá o procedimento por mais 48 (quarenta e oito horas), após esse prazo a empresa CONTRATADA será notificada e sujeita às penalidades previstas no Termo de abertura, uma vez que o atraso na confirmação do recebimento do empenho enseja o retardamento da execução do objeto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.6. A simples entrega do equipamento objeto deste Contrato não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a verificação dos parâmetros especificados e por meio das Qualificações (**Instalação e Operação**) a serem realizadas com a supervisão da Gestão de Equipamentos e emissão de parecer técnico;

5.7. A atestação de conformidade da entrega dos produtos caberá à comissão de recebimento.

5.8. Nos termos do artigo 140 da Lei 14.133/01, o objeto desta licitação será recebido:

5.8.1. Provisoriamente, por funcionários do Setor da GASVIL, que deverão conferir as quantidades de volumes e integridade das embalagens no ato da entrega e pelos responsáveis dos Setores da UGTSIC e Área demandante que deverão verificar a existência de avarias no(s) equipamento(s) e compatibilidade com as especificações técnicas e proposta, dentro de 24 horas;

5.8.2. Definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, depois de concluídas as seguintes etapas: Qualificação de Instalação e Qualificação Operacional, realizadas pela Contratada, Gestão de Equipamentos e Área demandante. A Área demandante e Gestão de Equipamentos deverão emitir parecer técnico liberando a Nota Fiscal para assinatura da comissão de recebimento de Material da SESAP/RN;

5.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 10(dez) dias para os nacionais e 45(quarenta e cinco) dias para os importados, a contar da notificação da CONTRATANTE, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.10. O servidor ou comissão de recebimento anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.11. Os equipamentos efetivamente instalados em caso de qualquer falha de operação não resolvida pela assistência técnica deverão obrigatoriamente ser substituídos em no máximo (10) dez dias úteis a partir do recebimento da comunicação, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE;

5.12. Os equipamentos deverão ser acondicionados de forma compatível para a sua conservação, em embalagens de fábrica e devidamente lacrados pelos próprios fabricantes;

5.13. A Nota Fiscal deve vir acompanhada de documento emitido pela Empresa Contratada **autorizando a abertura e verificação visual detalhada do interior das embalagens dos produtos entregues, durante a inspeção de recebimento.**

5.14. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/01, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.15. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

5.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/01.

5.17. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6. CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Do gestor de contrato

6.6. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 47):

- 6.6.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.6.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
- 6.6.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.6.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.6.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.6.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 6.6.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.6.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- 6.6.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 6.6.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- 6.6.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.6.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.
- 6.6.13. Será designado gestor do contrato a servidor **Valdemir Targino** - Mat. **150.703-6**, ocupante do cargo **AUXILIAR TÉCNICO** da **SPI**(Subcoordenadoria de Patrimônio e Infraestrutura).

Do fiscal de contrato

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)
- 6.8. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):
 - 6.8.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
 - 6.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - 6.8.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
 - 6.8.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
 - 6.8.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
 - 6.8.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
 - 6.8.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
 - 6.8.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
 - 6.8.9. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
 - 6.8.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.
- 6.9. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).
- 6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
 - 6.10.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - 6.10.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.10.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
 - 6.10.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
 - 6.10.6. a satisfação do público usuário.

6.10.7. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

6.10.8. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.10.9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

6.10.9.1. marca;

6.10.9.2. qualidade;

6.10.9.3. forma de uso.

6.10.10. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

6.11. O servidor **Dinarte Vieira da Nóbrega** - Mat. **225210-4**, ocupante do cargo **Chefe de Grupo da GASVIL.**, ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato.

7. CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - VALOR

8.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9. CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Contrato, Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Contrato, Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

9.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

9.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

9.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.4.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, uma vez que se torna necessária a entrega e conferência dos bens para a realização do pagamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da **Contratante**:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste Termo, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

11.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.7. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da **Contratada**:

12.1.1. A contratada obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste contrato, do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e da legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021, assumindo todos os riscos e despesas inerentes à perfeita execução contratual. Dentre suas obrigações, destacam-se:

12.1.2. Realizar entrega, instalação, configuração e ativação dos equipamentos em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato ou recebimento do empenho.

12.1.3. Prestar manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de custos (mão de obra, transporte, peças, etc.).

12.1.4. Disponibilizar suporte técnico com prazo de resposta de até 24 horas úteis após o chamado.

12.1.5. A CONTRATADA deverá realizar vistoria (documentada) prévia à apresentação de proposta na sede da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte - End.: Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600. A proposta deverá vir acompanhada de croquis dos locais de colocação das Câmeras (a vistoria deverá ser previamente agendada e acompanhada pelo Chefe da GASVIL)

12.1.6. Substituir, sem ônus, equipamentos com falhas irreparáveis ou inoperantes por período significativo.

12.1.7. Oferecer treinamento básico aos usuários, com orientações técnicas e fornecimento de manuais de operação e manutenção preventiva e corretiva.

12.1.8. Realizar manutenção corretiva com prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez com justificativa aceita pela unidade.

12.1.9. Disponibilizar equipamento substituto equivalente sempre que houver retirada para manutenção.

12.1.10. Arcar com os custos de transporte e assistência técnica durante o período contratual.

12.1.11. Proteger e garantir a confidencialidade dos dados processados nos equipamentos, inclusive quanto ao tratamento de dispositivos de armazenamento ao final do contrato.

12.1.12. Atuar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

12.1.13. Realizar a destinação ambientalmente adequada dos insumos e componentes, conforme legislação vigente.

12.1.14. Cumprir as obrigações previstas nos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

12.1.15. Reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, quaisquer itens com vícios ou defeitos.

12.1.16. Cumprir as normas trabalhistas quanto à proibição de trabalho infantil e inclusão de aprendizes e pessoas com deficiência, nos termos da Lei Estadual nº 10.783/2020.

12.1.17. Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária.

12.1.18. Indicar preposto para representação junto à Contratante durante a execução contratual.

12.1.19. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.20. Atender prontamente a todas as exigências da SESAP relativas ao objeto contratual.

12.1.21. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer impedimento para cumprimento dos prazos, com a devida justificativa.

12.1.22. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, acompanhados da nota fiscal e das informações completas de identificação (marca, fabricante, lote, quantidade).

12.1.23. Apresentar capacidade técnica comprovada por atestados de fornecimento similar emitidos por entes

públicos ou privados nos últimos dois anos.

12.1.24. Será responsabilizada por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não sendo excludente a fiscalização da Contratante.

12.1.25. Estas obrigações são de cumprimento obrigatório pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Pela singularidade do contrato a administração considera inoportuna a exigência de garantia dos contratos decorrentes da referido aquisição. A opção do legislador em deixar a cargo do administrador, diante da análise de conveniência e oportunidade, decidir caso a caso quando exigir a prestação da garantia justifica-se no fato de que nem sempre essa medida representará um benefício para a Administração. Ao mesmo tempo em que a garantia representa segurança, no que se refere à boa execução do contrato, de outro lado, resulta, como regra, no encarecimento da contratação. Destarte, a garantia representa um valor que será agregado às propostas do contratado, o que equivale dizer que os custos dessa exigência serão repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação. Com base no exposto, constata-se que a exigência da garantia de execução é desnecessária nesse tipo de licitação, por isso, a administração não considera conveniente nem oportuna exigir tal contrapartida em virtude da baixa complexidade da presente contratação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência + multa 0,5% do valor mensal do contrato por dia de atraso, até o máximo de 30 dias, passados 30 dias converterá se a multa para multa compensatória de 10% do valor total da contratação.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa 20% do valor total do contrato.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Multa 30% do valor total do contrato.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Multa 10% do valor total do contrato
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para a Administração Pública;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver

aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

suspensa por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

14.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.7. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

14.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.9. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.9.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.9.2. pagamento da multa;

14.9.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.9.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.9.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Iconsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

15.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.1.1. Gestão/Unidade:

16.1.2. Fonte de Recursos:

16.1.3. Programa de Trabalho:

16.1.4. Elemento de Despesa:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)
Alexandre Motta Camara
Secretário de Estado da Saúde Pública do RN

(assinado eletronicamente)

Pela Contratada



Documento assinado eletronicamente por **ANNA LARISSA DE OLIVEIRA COELHO MEDEIROS**, **TAS/Administradora**, em 23/02/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39542254** e o código CRC **375E238E**.

Referência: Processo nº 00610079.001200/2025-63

SEI nº 39542254

Processo nº 00610079.001200/2025-63

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda - DFD (ID nº 36574990), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS - BASE DO PROCESSO

2.1. Processo SEI nº 00610204.000254/2020-14;

2.2. CATEGORIA: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ALARME, CERCA ELÉTRICA E CÂMERAS DE VIGILÂNCIA.**

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando os incidentes de furtos e a necessidade de proteção do patrimônio público, colaboradores e usuários, faz-se necessária a contratação de serviços de segurança eletrônica para a sede da SESAP/RN. Atualmente, a SESAP/RN não possui contrato vigente para tais serviços. A terceirização é uma solução eficiente, otimizando recursos e reduzindo custos com pessoal e encargos sociais.

3.2. Nesse contexto, é oportuno salientar que não existem nos quadros atuais da Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP/RN, servidores habilitados e capacitados para realizar esse tipo de serviço.

3.3. Considerando a molde da terceirização, em virtude do objeto contratual não fazer parte do escopo da Instituição;

3.4. Considerando a otimização de recursos e a redução de custos com pessoal, em virtude do alto custo da possibilidade de realização de contratação própria e aquisição de equipamentos;

3.5. Considerando a localização predial que, principalmente, nos períodos noturnos oferece risco de invasões;

3.6. Considerando a Central já foi alvo de roubos e assaltos, onde foram cometidos furtos qualificados, destruição, rompimento de obstáculo, conforme relatos de Ocorrências Policiais sofridas por usuários e funcionários somando 5 (cinco) ocorrências em menos de 2 (dois) anos.

3.7. Considerando a motivada preocupação com a saúde, segurança e bem-estar dos diversos servidores, prestadores de serviço e materiais presentes in loco;

3.8. Considerando que a referida Secretaria de Saúde, está localizada na Avenida Deodoro da Fonseca, 730, Cidade Alta, na Região Administrativa Leste desta cidade, tendo como limites ao Norte, o bairro Centro; ao Sul, Tirol; à Leste, Petrópolis e ao Oeste, Alecrim;

3.9. Considerando a localização do Laboratório, localizado na Avenida Capitão Mor Gouveia, 866, no bairro de Felipe Camarão, na Região Administrativa Oeste desta cidade, tendo como limites ao Norte, o bairro Bom Pastor; ao Sul, Guarapes; à Leste, Cidade da Esperança e Cidade Nova; e ao Oeste, o município de São Gonçalo do Amarante, sendo formados pelas localidades conhecidas como Peixe-boi, Km 6, Baixa do Sagüi e Barreiros;

3.10. Considerando que as citadas Localidades são Regiões apontadas como sendo as mais violentas na Cidade, pela mídia e por dados constantes no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP).

3.11. Considerando o alto número de equipamentos eletrônicos presentes nos andares e, consoante à área, ser entregue no local volumes de materiais a serem destinados os diversos setores e hospitais da Rede;

3.12. Cumpre-nos registrar que tanto o Prédio da SESAP/ RN, quanto o Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do RN, possuem parques tecnológicos com equipamentos de altíssimo custo. Temendo novas ações criminosas, uma vez que os equipamentos administrativos e tecnológicos são de altíssimo custo, faz-se necessário melhorias e reforço na segurança com a instalação de câmeras de vídeo monitoramento, cerca, sensor de presença, em toda área e perímetro do prédio, ambientes coletivos e sensores de barreira com infravermelho.

3.13. Ressaltamos já foram conduzidas outras tentativas de obtenção de sucesso na contratação, essas ocorridas por meio dos processos: 00610103.000648/2024-34 e 00610103.000347/2023-20.

3.14. Desta forma, justificamos a necessidade da abertura de processo de contratação da prestação de serviço de segurança eletrônica, com disponibilização dos equipamentos necessários - por comodato, para a sede da SESAP/RN e Unidade pertencente a sua estrutura(LAPAT/RN - LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. **GASVIL - Grupo Auxiliar de Serviços de Vigilância e Limpeza;**

4.2. Email/Telefone: gasvilservicos@gmail.com/ 84994388818;

4.3. Responsável: Dinarte Vieira da Nóbrega, Mat.: 225210-4 - Chefe de Grupo;

4.4. **SPI - Subcoordenadoria de Patrimônio e Infraestrutura;**

4.5. Email/Telefone: spisesap@saude.rn.gov.br;

4.6. Responsável: José Pericles Farias da Rocha, Mat.: 154.697-0 - Subcoordenador de Patrimônio e Infraestrutura;

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto se dará a partir da assinatura do contrato e com o recebimento do empenho;

5.1.2. A contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência(36575029) e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos riscos e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

5.1.7. **A CONTRATADA** deverá entregar o material descrito de acordo com o solicitado no Prédio Sede da SESAP/RN, este situado na Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600, no horário das 08 às 12h, em dias úteis. Acompanhado do respectivo documento fiscal, nos prazos estabelecidos, livre de quaisquer despesas;

5.1.8. **A CONTRATADA** deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prazos, locais e demais condições estabelecidas no presente Termo de Referência;

5.1.9. Disponibilizar e informar e-mail/Telefone corporativo para que a Administração possa fazer solicitações de serviços utilizando-se desse meio de comunicação;

5.1.10. A empresa deverá entregar e instalar os equipamentos, às suas custas (incluindo conectores, cabos, placas de captura, stand alone, nobreak, caixa de proteção, HD/SSD externo, DVR, monitor, fonte, buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos);

5.1.11. A empresa deverá prestar manutenção preventiva (conforme programação entregue pela empresa no ato da instalação dos equipamentos) e corretiva até 24h (vinte e quatro) horas após solicitação documentada, bem como a reposição de peças e equipamentos sem ônus para esta Secretaria;

5.1.12. No ato das manutenções preventiva e/ ou corretivas, a CONTRATADA deverá emitir relatório constando atividades executadas, peças substituídas e técnico responsável.

5.1.13. O servidor de armazenamento, o rack e a controladora deverão estar instalados em infraestrutura própria da **CONTRATADA**, ficando sob sua responsabilidade a gestão e manutenção desses equipamentos. A SESAP caberá exclusivamente o acesso remoto(via web) ao sistema de monitoramento e às imagens, não havendo instalação local dessa estrutura.

5.2. Tempo de guarda

5.2.1. As imagens deverão ser armazenadas pelo prazo de 90 (noventa) dias, com exclusão automática, auditável e definitiva após esse período (data wiping), salvo em caso de determinação judicial ou requisição formal de autoridade competente, hipótese em que o prazo de retenção deverá ser estendido conforme a necessidade legal.

5.3. Acesso restrito e controle granular

5.3.1. O acesso será permitido apenas a pessoal autorizado, mediante autenticação segura (login, senha forte e registros de auditoria). A contratada deverá implementar perfis de acesso diferenciados, respeitando o princípio do least privilege. Deve ser possível à SESAP auditar quais usuários acessaram, quando e com qual finalidade.

- 5.4. **Relatórios e auditoria**
- 5.4.1. A contratada fornecerá relatórios periódicos contendo logs de acesso, assegurando a integridade e a segurança das imagens durante todo o período de retenção.
- 5.5. **Localização e governança**
- 5.5.1. As imagens deverão ser armazenadas exclusivamente em território brasileiro, em servidores de responsabilidade da empresa contratada, vedada a utilização de nuvem internacional. O armazenamento deverá observar integralmente os padrões de segurança e proteção de dados previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. A contratada deverá disponibilizar à SESAP relatórios de conformidade periódicos.
- 5.6. **Registro de incidentes**
- 5.6.1. Em caso de incidente de segurança (ex.: vazamento, acesso indevido, perda de dados), a contratada deverá notificar a SESAP em até 24 horas, conforme princípios da LGPD.
- Local da prestação dos serviços**
- 5.7. Lote 1: **Prédio Sede da SESAP/RN**, este situado na Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600;
- 5.8. Lote 2: **Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte** - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100.;
- 5.9. Lote 3: **Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte** - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100.
- Materiais a serem disponibilizados**
- 5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.11.

LOTE 1			
4.1. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de serviço de fornecimento, instalação e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, com disponibilização dos equipamentos necessários - por comodato. O serviço compreende: Central de Monitoramento (câmeras) com um ponto de visualização CFTV que deverá ser instalado na guarita da Unidade, com os pontos (internos e externos). O tamanho do monitor deverá ser compatível com o número de pontos solicitados com imagens em tempo real, com central de monitoramento, câmeras infravermelho com alcance de zoom de aproximadamente 50 metros com lente varifocal para as câmeras externas e 30 metros para as internas; Assim distribuídas: Na recepção SESAP; Na frente SESAP; Na lateral direita SESAP; Na lateral esquerda SESAP; Nos fundos adjacentes SESAP; Na garagem SESAP; No térreo SESAP. Obs.: Todas as câmeras externas speed dome com inteligência artificial; serão instaladas duas câmeras dome por andar par atendimento à recomendação da Unidade de tecnologia.	Serviço mensal	12
	Sensor de barreira infravermelho ativo de quatro ou mais feixes, permitindo maior segurança aos mais variados tipos de ambientes com uma cerca virtual em sua extensão, oferecendo a sensação de proteção completa do perímetro, tecnologia avançada e grau de proteção IP65, sensor adequado a diversas condições climáticas evitando que ocorram disparos indesejados, proteção segura e sem interferências entre os sensores com 2 níveis de frequência, configuração dos pares do sensor para diferentes necessidades, evitando a ocorrência de interferência no funcionamento, conexão via nuvem que permite configuração e interação por aplicativo, sirene, dois canais de frequência para empilhamento, tempo rápido de resposta para detecções, nível de alinhamento por LED e sinais sonoros do buzzer, articulação em 360C horizontal, detecção por bloqueio de 4 ou mais feixes simultaneamente, grau de proteção IP65, ambiente de aplicação externo, saída de alarme NA ou NF, chave antivolação (tamper), tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms, tempo de alarme - 2 segundos, filtro solar para ambientes externos, borracha de vedação contra insetos. Características mecânicas: Dimensões do sensor (L x A x P) com 3,8cm x 75,5cm x 5cm, peso bruto 1,1 kg, cor case cinza.		
	6 - CÂMERA IP, WI-FI, VISÃO NOTURNA, SENSOR, PTZ SUPERIOR, 360º - <u>SPEED DOME</u>		
	34 - Câmera de segurança para sistema de monitoramento tipo <u>dome</u> com tecnologia IP		
	SWITH POE (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		
	NVR (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		
Lote 1: O lote inclui o cabeamento estruturado CAT 6, conforme necessário - End.: Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600			
LOTE 2			
4.2. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Central de Monitoramento (câmeras) com um ponto de visualização CFTV que deverá ser instalado na guarita da Unidade, com os pontos (internos e externos). O tamanho do monitor deverá ser compatível com o número de pontos solicitados com imagens em tempo real, com central de monitoramento, câmeras infravermelho com alcance de zoom de aproximadamente 50 metros com lente varifocal para as câmeras externas e 30 metros para as internas.	Serviço mensal	12
	Sensor de barreira infravermelho ativo de quatro ou mais feixes, permitindo maior segurança aos mais variados tipos de ambientes com uma cerca virtual em sua extensão, oferecendo a sensação de proteção completa do perímetro, tecnologia avançada e grau de proteção IP65, sensor adequado a diversas condições climáticas evitando que ocorram disparos indesejados, proteção segura e sem interferências entre os sensores com 2 níveis de frequência, configuração dos pares do sensor para diferentes necessidades, evitando a ocorrência de interferência no funcionamento, conexão via nuvem que permite configuração e interação por aplicativo, sirene, dois canais de frequência para empilhamento, tempo rápido de resposta para detecções, nível de alinhamento por LED e sinais sonoros do buzzer, articulação em 360C horizontal, detecção por bloqueio de 4 ou mais feixes simultaneamente, grau de proteção IP65, ambiente de aplicação externo, saída de alarme NA ou NF, chave antivolação (tamper), tempo de resposta de detecção 50 - 100 ms, tempo de alarme - 2 segundos, filtro solar para ambientes externos, borracha de vedação contra insetos. Características mecânicas: Dimensões do sensor (L x A x P) com 3,8cm x 75,5cm x 5cm, peso bruto 1,1 kg, cor case cinza.		
	2 - CÂMERA IP, WI-FI, VISÃO NOTURNA, SENSOR, PTZ SUPERIOR - SPPED DOME		
	8 - CÂMERA DE SEGURANÇA PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO TIPO DOME COM TECNOLOGIA IP		
	SWITCH PORTAS POE(DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		
	NVR (DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE CÂMERAS IP)		
Lote 2: O lote inclui o cabeamento estruturado CAT 6, conforme necessário - Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia do Rio Grande do Norte - LAPAT - Av. Capitão-Mor Gouveia, 850 - Felipe Camarão, Natal - RN, 59072-100			
LOTE 3			
4.3. Especificação sugestiva e quantidade por Lote 3			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Sistema de cercas elétricas (choque e alarme) com 01m de altura com hastes e arames lisos em, no mínimo, 6 linhas eletrificadas; A disposição da Cerca deverá ser tecnicamente apresentada pela CONTRATADA; A central do Sistema de Cerca Elétrica deve ser integrada à central de alarmes; O sistema deve agregar Central Eletrificadora para ampliação da tensão elétrica proveniente da fonte de energia; agregar bateria adequada para suprir a necessidade de energia da central em caso de corte ou falta de energia na rede elétrica; possuir Controle Remoto para ativar ou desativar a central eletrificadora e/ou seus acessórios; O condutor da electricidade enviada pela central eletrificadora		

00/2025-63 / pg. 44

1	<p>deve ser em aço inoxidável; A cada 10 metros devem ser afixadas placas de advertência sinalizando o perigo ao tocar na Cerca Eletrificada;</p> <p>O sistema deve possuir Haste Terra (Responsável por aumentar a sensação de choque da Cerca Elétrica e por evitar fugas de tensão e corrente elétrica) ou possuir aterramento eletrônico;</p> <p>Todo sistema deve ser resistente a chuvas e intempéries;</p> <p>A Concertina: barreira de segurança laminada, de forma espiralada, com lâminas pontiagudas, em aço galvanizado ou inoxidável; O tipo a ser utilizado é o de concertina dupla circular de 40 cm, A contratação deve incluir a manutenção, se necessária dos materiais e equipamentos. Descreve assim o material: Cerca elétrica(choque e alarme) com 1 metro de altura, no mínimo 6 linhas eletrificadas + Concertina de 40 cm. Área de 400 metros</p>	METROS	400
---	--	--------	-----

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.12. A proposta deve conter valor unitário do serviço e valor anual, bem como a anuência de aceite às condições ao presente Termo de Referência.
- 5.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do serviço.
- 5.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do prestador, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.17. Caso não seja possível o início da prestação de serviços na data formalizada, a empresa deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 5.18. A(s) empresa(s) vencedora deverá executar os serviços com máxima qualidade, utilizando para isso todos os esforços técnicos e atualizações constantes e necessárias, além de experiência da equipe profissional, declarando- se neste ato perfeitamente apto e capaz tecnicamente para garantir a eficácia e qualidade dos serviços hora contratados.
- 5.19. Os equipamentos serão instalados no Prédios do LOTE I e II, entretanto, o acesso às gravações, bem como a responsabilidade pela guarda das imagens, serão do Fornecedor(es).
- 5.20. **Tempo de guarda**
- 5.20.1. As imagens deverão ser armazenadas pelo prazo de 90 (noventa) dias, com exclusão automática, auditável e definitiva após esse período (data wiping), salvo em caso de determinação judicial ou requisição formal de autoridade competente, hipótese em que o prazo de retenção deverá ser estendido conforme a necessidade legal.
- 5.21. **Planos de contingência**
- 5.21.1. A contratada deverá manter Plano de Recuperação de Desastres (DRP) e Plano de Continuidade de Negócio (BCP), assegurando a disponibilidade do sistema em caso de falhas.
- 5.22. **Criptografia**
- 5.22.1. Todo tráfego de dados, das câmeras até o servidor, deverá ser protegido por criptografia (TLS 1.2+). As imagens armazenadas deverão estar protegidas com criptografia AES-256 ou equivalente.
- 5.23. **Fornecimento de materiais**
- 5.23.1. É essencial que a proposta contemple inclusos nos valores, os materiais necessários para instalação das câmeras e equipamentos de armazenagem(NVR(s), Rack(s), nobreak(s), cabeamento, fonte(s), buchas, parafusos, mão de obra, e qualquer material necessário, aqui não descrito, independente dos quantitativos, se necessários, não podendo ser cobrados valores adicionais à proposta realizada. Devem ser fornecido pela Fornecedor(es) todo material necessário para a devida instalação.

6. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 6.1. O valor estimado da contratação do LOTE 1: R\$ 11.328,19 (onze mil, trezentos e vinte e oito reais e dezenove centavos) valor mensal e R\$ 135.938,21(cento e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos) valor anual, preço estimado com base na pesquisa mercadológica do último processo de licitações (Processo SEI nº 00610204.000254/2020-14).
- 6.2. O valor estimado da contratação do LOTE 2: R\$ 2.991,79 (dois mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos) valor mensal e R\$ 35.901,51(trinta e cinco mil, novecentos e um reais e cinquenta e um centavos) valor anual, preço retirado na pesquisa mercadológica do último processo de licitações (Processo SEI nº 00611201.000062/2024-24).
- 6.3. O valor estimado da contratação do LOTE 3: R\$ 19.044,00 (dezenove mil, quarenta e quatro reais) valor anual. Preço com base no processo (Processo SEI nº 03210445.000208/2022-72 - Id.:36204342).
- 6.4. Valor total estimado da contratação dos Lotes 1 e 2 é de R\$ 14.319,98(catorze mil, trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos) valor mensal e R\$ 171.839,72(cento e setenta e um mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos) + LOTE 3: R\$ 19.044,00 (dezenove mil, quarenta e quatro reais), valor total anual de 127.769,52(cento e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).
7. **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA**
- 7.1. A contratação em tela está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA 2025, sob o id nº 08241754000145-0-000001/2025, item 42 - 52, disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/pca/08241754000145/2025>.
- 7.2.

PCA 2025 - 08.241.754/0001-45 - RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DA SAUDE PUBLICA

Última atualização: 02/01/2025

Data da publicação no PNCP: 30/12/2024

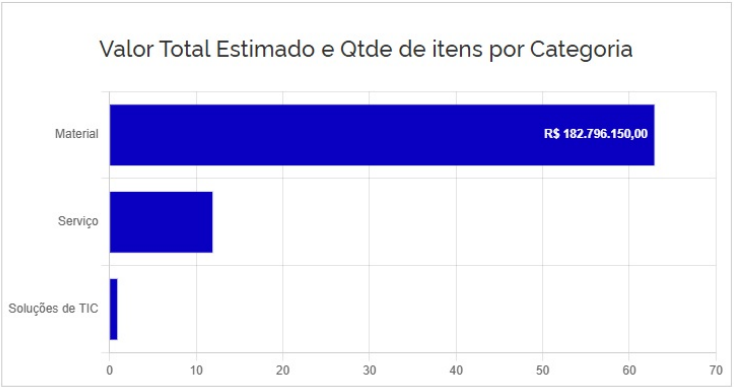
Esfera: Estadual

Poder: Executivo

VALOR TOTAL ESTIMADO	QUANTIDADE DE ITENS
R\$ 219.806.150,00	76

[Baixar arquivo](#)

Baixe o arquivo com a relação de itens dos planos das unidades do órgão (csv)



8. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**
- 8.1. Para a elaboração do levantamento de mercado, com o escopo de definir as especificações técnicas dos serviços a serem prestados, realizou-se a pesquisa por meio dos processos eletrônicos.
- 8.2. Ao fazer o levantamento de mercado, verificou-se as possíveis soluções existentes no mercado:
- 8.2.1. Das soluções:
- 8.2.1.1. **Solução 1:** Realização de contratação de força de trabalho própria para execução do serviço;
- 8.2.1.2. **Solução 2:** Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de monitoramento e câmeras de vigilância;
- 8.2.1.3. Da análise:
- 8.2.1.4. **Solução 1:** O custo de aquisição, manutenção e execução das atividades, do pessoal alocado seria de grande maneira superior ao custo da realização da terceirização, além da conservação de materiais em adequado padrão às atividades.
- 8.2.1.5. **Solução 2:** Considerando a última execução contratual realizada (00610096.001355/2023-20), bem como o exemplo verificado na execução de contrato do Hemonorte Dalton Cunha (00610204.000254/2020-14), foi vista a eficiência laboral e adequada realização de atividades de monitoramento eletrônico durante a continuidade da prestação dos serviços.
- 8.2.2. Das formas:

- 8.2.2.1. **Forma 1:** Realização de processo seletivo e pregão eletrônico para aquisição de equipamento e materiais;
- 8.2.2.2. **Forma 2:** Realizar a contratação de empresa especializada em *prestação de serviços de monitoramento e câmeras de vigilância*, por meio de dispensa eletrônica.
- 8.2.3. Da análise:
- 8.2.3.1. **Forma 1:** Inviável devido ao custo ligado a contratação e aquisições de materiais, além do custeio ao longo do tempo para manutenção dos equipamentos;
- 8.2.3.2. **Forma 2:** A contratação por meio de dispensa é a alternativa viável, considerando que o certame anterior resultou em uma execução adequada tanto para a Secretaria, tanto para a Unidade supracitada.
- 8.2.3.3. Diante do exposto, esta equipe conclui que a forma indicada no item 7.2.1.2. (realização de dispensa) é mais viável do que a forma descrita no item 7.2.2.1. (contratação de força de trabalho própria).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A presente contratação refere-se a prestação de serviço de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica para a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Rio Grande do Norte e Unidades de sua Rede. Após estudo acerca das especificidades do serviço a ser contratado, verifica-se que é contratação de objeto único, qual seja, fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de vigilância eletrônica, ainda que tenha blocos de especialidades distintas passam a integrar um serviço integral.
- 9.2. Por tratar-se de serviço específico e especializado, é mais **conveniente e oportuno** ter a prestação de serviço por um único interessado por todos os lotes ou por cada Lote, trazendo um custo benefício para a Administração Pública, tendo em vista que a Administração não dispendirá de mais tempo e procedimentos para realização do serviço, tampouco designará mais servidores para alimentar mais de um sistema. Além disso, na possibilidade de mais de um contratado poderá ter um tempo diferente para gerir as atividades dentro do Lote ganho. Frisa-se que apesar do objeto ser único, a sua execução é realizada conforme periodicidade definida pelo Gestor.
- 9.3. Isto posto, não haverá o parcelamento do objeto pelos motivos acima expostos.

10. ANÁLISE DE RISCOS

- 10.1. Os riscos relativos ao futuro certame, incluindo as ações para mitigar os riscos identificados são os seguintes:

IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À AQUISIÇÃO						
Se (causa)	Riscos identificados	Então (consequência)	Probabilidade	Impacto	Medida do risco	Controle do risco
Falha técnica dos equipamentos	Falha devido a problemas técnicos	Mau funcionamento dos equipamentos ou interrupções do serviço	Média (2)	Média (2)	Médio risco (4 a 5)	Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam a responsabilidade da empresa contratada pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos. Estabelecer um plano de manutenção regular e exigir relatórios de manutenção.
Não conformidade com normas regulatórias	Não cumprir com as normas regulatórias de segurança	Multas ou penalidades.	Baixa (1)	Média (2)	Baixo risco (1 a 3)	Garantir que a empresa contratada esteja ciente e cumpra todas as normas regulatórias relevantes. Realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade.
Invasão ao sistema	Vulnerabilidades cibernéticas	Comprometimento da segurança dos dados e acesso não autorizado aos sistemas.	Baixa (1)	Baixa (1)	Baixo risco (1 a 3)	Exigir que a empresa contratada implemente medidas robustas de segurança cibernética, como firewalls, criptografia de dados e atualizações regulares de software. Realizar testes de penetração periódicos para identificar e corrigir vulnerabilidades.
Não atualização do software de vídeo monitoramento	Obsolescência tecnológica	Falhas no serviço	Baixa (1)	Alto (3)	Baixo risco (1 a 3)	Exigir atualizações frequentes a empresa contratada.
Mal instalação da cerca elétrica	Choque elétrico	Choque elétrico para pessoas que inadvertidamente entram em contato com ela.	Alta (3)	Alto (3)	Alto risco (6-9)	Garantir que a instalação da cerca elétrica seja realizada por profissionais qualificados e de acordo com as normas de segurança elétrica aplicáveis. Realizar inspeções regulares para identificar e corrigir potenciais problemas de fiação ou isolamento
Sensibilidade dos sensores desreguladas	Falsos alarmes	Acionar falsos alarmes na cerca elétrica	Alta (3)	Alto (3)	Alto risco (6-9)	Ajustar a sensibilidade da cerca elétrica e implementar tecnologias de filtragem de sinal para reduzir a ocorrência de falsos alarmes. Realizar testes de funcionamento regulares para garantir a confiabilidade do sistema.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 11.1. A solução proposta para a contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, com disponibilização dos equipamentos necessários - por **comodato**, visa a garantia da segurança e registro eficiente in loco da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Rio Grande do Norte e Unidades de sua Rede.
- 11.2. A necessidade dessa contratação dá-se pela inexistência atual de contratos vigentes para a prestação do serviço, bem como, do risco de invasões e entradas não autorizadas, em razão, também das localidades prediais.
- 11.3. A solução para esse problema foi a abertura de processo que possibilidade encontrar empresa que realize a execução do serviço, visando o menor dispêndio operacional e a redução de despesas financeiras desta Secretaria e de Unidades de sua Rede.
- 11.4. A execução do serviço será iniciada após a assinatura do contrato e o recebimento do empenho, com a manutenção regular dos equipamentos fornecidos, bem como o acompanhamento durante todo o período contratual para as soluções necessárias a contínua prestação do serviço.
- 11.5. A justificativa para não parcelar a contratação está relacionada à especificidade e complexidade do serviço, que demanda um único prestador especializado, evitando a dispersão dos recursos administrativos, logísticos e técnicos, além de garantir a uniformidade nos prazos e nos resultados dos controles.
- 11.6. Dessa forma, a contratação da empresa especializada representa a solução mais viável e eficiente, considerando as necessidades técnicas da SESAP/RN e Unidades de sua Rede, e permitirá o cumprimento das normas de qualidade exigidas.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 12.1. A contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica, visa a garantia da segurança e registro eficiente in loco da **Secretaria de Estado de Saúde Pública do Rio Grande do Norte e Unidade de sua Rede**.
- 12.2. Espera-se que com a contratação seja mitigado ou extinto, os casos de invasões e leve maior sensação de segurança aos servidores, prestadores de serviços e visitantes da SESAP/RN e Unidades de sua Rede.
- 12.3. Além disso, a contratação visa a padronização do serviço dentro do escopo da Rede SESAP/RN, a fim de gerar a agilidade de contratações da área e reduzir o tempo de tramitações processuais, gerando o ganho de tempo, recursos e aumento da confiança frente aos fornecedores, prestadores de serviços e demais Entes e quadros externo e interno.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. Antes da celebração do contrato para a contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica para a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Rio Grande do Norte e Unidades de sua Rede, a administração deverá adotar as seguintes providências:
- 13.1.1. Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico: A administração deve redigir um documento detalhado que descreva de forma clara e precisa os serviços a serem prestados, suas especificações técnicas, prazos e condições de execução, incluindo as exigências para garantir o cumprimento das normas da ANVISA.
- 13.1.2. Pesquisa de Mercado: Realizar um levantamento de preços e empresas especializadas em prestação de serviços de monitoramento e câmeras de vigilância, a fim de garantir que a contratação seja realizada de maneira justa e com custos compatíveis ao mercado.
- 13.1.3. Definição de Critérios de Qualificação: Estabelecer os critérios de qualificação técnica e capacidade operacional da empresa contratada, assegurando que ela possua experiência comprovada e a infraestrutura necessária para a execução dos serviços.
- 13.1.4. Aprovação do Estudo de Viabilidade: Verificar a viabilidade financeira, técnica e jurídica da contratação, garantindo que o contrato seja adequado ao orçamento disponível e às exigências legais.
- 13.1.5. Abertura do Processo: A administração deverá lançar um processo de dispensa eletrônica, respeitando os procedimentos legais para garantir a transparência, isonomia e legalidade na contratação.
- 13.1.6. Verificação da Regularidade Fiscal e Trabalhista: A empresa contratada deverá apresentar documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e com a Seguridade Social, conforme exigido pela legislação vigente.
- 13.1.7. Definição dos Termos Contratuais: Estabelecer claramente as cláusulas do contrato, incluindo prazos, metas, formas de pagamento, penalidades por descumprimento e condições para rescisão contratual.
- 13.1.8. Treinamento da Equipe Administrativa: Capacitar os servidores responsáveis pela gestão do contrato para garantir que as condições acordadas sejam cumpridas e que a fiscalização seja eficaz.
- 13.1.9. Com essas providências, a administração assegura que o contrato seja celebrado dentro dos parâmetros legais e de forma que atenda às necessidades desta Secretaria, com foco na qualidade e segurança dos serviços prestados.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Não há contratação correlata ou interdependente.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 15.1. A contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica pode gerar impactos ambientais indiretos, como a produção de resíduos (Equipamentos eletrônicos como câmeras, sensores e alarmes, quando descartados, podem gerar resíduos eletrônicos (lixo eletrônico) que precisam de tratamento adequado para evitar contaminação ambiental.), consumo de energia (impacto ambiental caso a energia seja proveniente de fontes não renováveis) e poluição sonora. Além disso, pode haver impacto na biodiversidade local, caso haja atividades externas.
- 15.2. Em contrapartida a contratação gera impactos ambientais positivos com a redução de consumo de recursos, a minimização de emissão de poluentes com a menor necessidade de força de trabalho de pessoas a Unidade e a otimização do uso de energia e recursos, contribuindo para a sustentabilidade.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE


- 16.1. Com base nas informações apresentadas neste estudo técnico, declaramos VIÁVEL a solução apresentada, contratação de empresa especializada em segurança eletrônica para fornecimento, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância eletrônica.
- 16.2. Foram analisadas as duas possíveis soluções para atendimento da demanda:
- 16.3. A primeira alternativa foi descartada tendo em vista o custo de aquisição, manutenção e execução das atividades, do pessoal alocado seria de grande maneira superior ao custo da realização da terceirização, além da conservação de materiais em adequado padrão às atividades
- 16.4. A Alternativa da realização de pregão eletrônico de uma empresa especializada, é a mais adequada para a Secretaria. Ela garante um serviço de qualidade, com foco nas necessidades específicas da Unidade. Considerando a última execução contratual realizada (00610096.001355/2023-20), bem como o exemplo verificado na execução de contrato do Hemonorte Dalton Cunha (00610204.000254/2020-14), foi vista a eficiência laboral e adequada realização de atividades de monitoramento eletrônico durante a continuidade da prestação dos serviços.
- 16.5. A contratação está em conformidade com a legislação vigente, que rege as dispensas de licitações. A empresa selecionada será escolhida por meio de dispensa eletrônica, com total transparência, conforme os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Todos os requisitos legais serão atendidos, garantindo a adequação ao direito administrativo e à regulamentação do setor de saúde.
- 16.6. Plano de Implementação: Preparação: Elaboração e publicação do Edital, com definição clara das exigências técnicas, prazos, e especificações do serviço. Avaliação das propostas recebidas com base nos critérios técnicos e de preço; Seleção e Contratação: Escolha da empresa vencedora e assinatura do contrato com base nas condições acordadas no Edital; Implementação e Monitoramento: Acompanhamento da execução dos serviços contratados, com verificação periódica da qualidade do trabalho e conformidade com os requisitos legais. Adoção de relatórios contínuos para monitoramento da eficácia do serviço. Avaliação Final: Avaliação da performance do contratado após um período de execução, considerando o cumprimento das metas e a qualidade dos resultados entregues. Relatório de avaliação e, se necessário, ajustes nas condições contratuais para garantir a continuidade da qualidade do serviço.
- 16.7. Com a adoção deste plano de implementação, a SESAP/RN terá um controle de qualidade eficaz, em conformidade com as melhores práticas, garantindo a segurança e a confiabilidade da segurança eletrônica, instalação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de vigilância.

17. RESPONSÁVEIS

- 17.1. Esta equipe de planejamento com base nas informações levantada declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis, caracterizam economicidade e os riscos envolvidos são administráveis.

Tabela 3 - Integrantes da equipe de planejamento			
Nome	Jhonny de Lima Souza		
Cargo/função	Assistente Técnico em Saúde	Matrícula	23235803
E-mail	spisesap@saude.rn.gov.br	Telefone	***
Nome	Valdemir Targino		
Cargo/função	Auxiliar Técnico	Matrícula	1507036
E-mail	gaep.sesap@gmail.com	Telefone	***
Nome	José Pericles Farias da Rocha		
Cargo/função	Subcoordenador de Patrimônio e Infraestrutura	Matrícula	1576940
E-mail	spisesap@saude.rn.gov.br	***	***


Natal/RN [data na assinatura eletrônica].



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR TARGINO, Engenheiro Civil**, em 17/11/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JHONNY DE LIMA SOUZA, Assistente Técnico em Saúde**, em 17/11/2025, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PERICLES FARIAS DA ROCHA, Subcoordenador de Patrimônio e Infraestrutura**, em 17/11/2025, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37337160** e o código CRC **4EA3FF0F**.